

**SENTENÇA ESTRANGEIRA CONTESTADA Nº 3.035 - FR (2008/0044435-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**  
**REQUERENTE** : ATECS MANNESMANN GMBH  
**ADVOGADO** : SÔNIA MARIA GIANNINI MARQUES DOBLER E OUTRO(S)  
**REQUERIDO** : RODRIMAR S/A TRANSPORTES EQUIPAMENTOS  
INDUSTRIAIS E ARMAZÉNS GERAIS  
**ADVOGADO** : IVES GANDRA DA SILVA MARTINS E OUTRO(S)

**VOTO-VISTA**

**A EXMA. SRA. MINISTRA NANCY ANDRIGHI:**

Trata-se de pedido de Homologação de Sentença formulado por ATECS MANNESMANN GmbH e contestado por RODRIMAR S/A TRANSPORTES EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS E ARMAZÉNS GERAIS.

**Ação:** O pedido de homologação deriva de sentença arbitral estrangeira. A arbitragem se realizou na cidade de Zurique, Suíça, em 5/5/2003. A lide submetida à apreciação da Corte Arbitral dizia respeito ao suposto inadimplemento, por parte da RODRIMAR, de contrato mediante o qual se comprometera a adquirir guindaste fabricado pela empresa MANNESMANN DEMATIC AG, atualmente extinta por incorporação.

Tendo em vista a extinção da MANNESMANN DEMATIC AG, a homologação do laudo arbitral foi requerida em duas oportunidades. Primeiro, por empresa de nome GOTTWALD PORT TECHNOLOGY GmbH, a quem a MANESMANN havia cedido, por contrato, o crédito decorrente da solução do conflito. O processo foi distribuído ao STJ sob o nº SEC 968/CH mas a homologação foi denegada sob o fundamento da ilegitimidade ativa da requerente. Eis a ementa do acórdão:

**SENTENÇA ARBITRAL ESTRANGEIRA. HOMOLOGAÇÃO. ILEGITIMIDADE ATIVA DA REQUERENTE. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO.**

*I - A homologação da sentença estrangeira não pode abranger e nem estender-se a tópicos, acordos ou cláusulas que não se achem formalmente incorporados ao texto da decisão homologanda. Precedentes do c. Supremo Tribunal Federal.*

*II - Na hipótese dos autos, a sentença homologanda sequer faz*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*menção à requerente como parte ou interessada na lide arbitral.*

*III - In casu, para que se possa verificar a legitimidade ativa da requerente, imprescindível é a análise do contrato de cessão firmado entre esta e a empresa vencedora da lide arbitral, o que é vedado em sede de homologação de sentença estrangeira.*

*Processo extinto sem julgamento do mérito, em razão da ausência de legitimidade ativa da requerente.*

*(Rel. Ministro FELIX FISCHER, CORTE ESPECIAL, julgado em 30/06/2006, DJ 25/09/2006 p. 197)*

O segundo pedido de homologação é o que ora se encontra em julgamento. Desta vez, figura como requerente a sociedade ATECS MANNESMANN GmbH, que sucedeu a MANNESMANN DEMATIC AG, não mediante contrato de cessão de crédito, mas por incorporação.

O pedido de homologação foi contestado por RODRIMAR, que alegou: (i) ilegitimidade ativa da ATECS MANNESMANN; (ii) ofensa à ordem pública pela sentença arbitral, porque: (ii.1) o árbitro teria desrespeitado a lei material eleita pelas partes, no julgamento da lide; (ii.2) o árbitro teria se baseado, ao julgar o processo, na Convenção Internacional de Viena sobre Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias, da qual o Brasil não é signatário.

A RODRIMAR juntou aos autos parecer subscrito pela i. Professora Selma Maria Ferreira Lemes, da Fundação Getúlio Vargas. A ATECS apresentou, inicialmente, uma Opinião Legal e, depois, um parecer, ambos subscritos pela i. Prof. Maristela Basso, da Universidade de São Paulo.

**Parecer do MPF:** pela concessão do *exequatur*.

**Voto precedente:** o i. Min. Relator, acolhendo o parecer do MP, afastou a preliminar arguida na contestação e votou no sentido da homologação da sentença.

Revisados os fatos, decido.

## **I - Delimitação da controvérsia**

Cinge-se a controvérsia a estabelecer: (i) se é possível a reformulação de pedido de homologação de sentença estrangeira na hipótese que o primeiro pedido foi indeferido com

fundamento em ilegitimidade ativa; (ii) se é possível controlar, nesta sede, a alegada extrapolação da matéria sujeita à arbitragem, decorrente da aplicação, pelo Tribunal Arbitral, de legislação material diversa da eleita pelas partes em contrato; (iii) se há ofensa à ordem pública interna pela aplicação, pelo Tribunal Arbitral, da Convenção de Viena sobre Compra e Venda Internacional de Mercadorias, a que a Suíça aderiu mas que não foi recepcionada pelo Brasil.

## **II - Ilegitimidade ativa**

A RODRIMAR argumenta que não é possível conhecer do presente pedido porquanto a sociedade GOTTWALD PORT TECHNOLOGY GmbH já havia requerido a homologação desta sentença arbitral mediante o processo SEC 968/CH. O i. Min. Relator não acolheu esta impugnação sob o argumento de que *"o pedido de homologação de sentença arbitral estrangeira (...) formulado por Gottwald Port Technology GMBH, foi extinto sem julgamento do mérito por ausência de legitimidade ativa, e portanto, não faz coisa julgada material, mas apenas formal"*.

A esse argumento, que por si só seria suficiente para afastar a impugnação manifestada por RODRIMAR, acrescento ainda outro: no pedido formulado por GOTTWALD, o título mediante o qual a requerente afirmou ser parte legítima para requerer a homologação foi um *contrato de cessão de crédito* que teria firmado entre essa sociedade e a titular do crédito decorrente da sentença, MANNESMANN DEMATIC AG.

No julgamento da SEC 968/CH, o i. Min. Felix Fischer fundamentou o indeferimento do pedido de homologação justamente na inadequação desse contrato para conferir à GOTTWALD legitimidade para formular o pedido. Confira-se:

*"De fato, às fls. 51/52 cpmsta p referodp cpmtratp de cessão de crédito firmado entre as empresas GOTTWALD PORT e MANNESMANN, o qual, todavia, não pode ser objeto de análise no presente juízo de delibação.  
(...)"*

*Na hipótese dos autos, para que se possa apreciar o mérito do pedido de homologação da sentença arbitral estrangeira, será necessário*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*verificar antes a legitimidade da requerente, o que, por consequência, torna imprescindível a análise do contrato de cessão de crédito firmado entre as empresas GOTTWALD PORT e MANNESMANN, que é vedado no presente caso.*

*(...)*

*Cabe frisar que o objetivo da homologação da sentença estrangeira pela justiça brasileira é o de outorgar à decisão proferida em outro país força executória no território nacional. De modo diverso, não compete ao poder judiciário brasileiro conferir eficácia a contrato de cessão firmado por empresas estrangeiras, como pleiteia, em última análise, a requerente."*

Neste processo, já não é a GOTTWALD, cessionária do crédito, quem requer a homologação da sentença. É a sociedade ATECS MANNESMANN que, consoante se vê nos documentos de fls. 422 a 424, incorporou a sociedade MANNESMANN DEMATIC AG. Com isso, tornou-se sucessora, a título universal, da empresa primitiva, de modo que não há mais o óbice da ilegitimidade, impedindo o conhecimento deste requerimento.

É importante observar que a RODRIMAR argumenta, em sua manifestação de fls. 465 a 467, que a ATECS, neste processo, estaria *"afrontando as mais mezinhas regras de boa fé processual, por sustentar perante esta Colenda Corte um direito que sabe não ter"*. O motivo seria o de que *"os direitos decorrentes da sentença arbitral homologanda proferida em favor de Mannesmann Dematic GmbH foram por ela cedidos à Gottwald Port Technology GmbH em 12 de agosto de 2003, anteriormente à incorporação societária noticiada na inicial"* (fl. 465).

Não é possível acolher tal irresignação. Se no julgamento da SEC 968/CH, o pedido de homologação da sentença arbitral estrangeira foi indeferido justamente porque não seria possível analisar a alegada cessão dos direitos decorrentes da sentença, seria contraditório, agora, analisar e valorar essa cessão, para dizer que ela impediria a transmissão de tais direitos mediante a incorporação. Por uma questão de coerência, a impossibilidade de apreciação do pedido formulado pela GOTTWALD leva à possibilidade de se apreciá-lo, quando formulado pela ATECS.

### **III - O desatendimento à convenção de arbitragem e a aplicação**

**da Convenção de Viena.**

A RODRIMAR, em sua contestação, argumenta que a sentença arbitral não seria passível de homologação porquanto proferida *fora dos limites da convenção de arbitragem* (arts. 32, IV e 38, IV e V da Lei 9.307/96). O motivo seria o de que as partes teriam elegido, por contrato, as *leis materiais suíças* ou o *direito material suíço*, e não as *regras de direito suíças*. O direito material suíço abarcaria apenas a legislação interna daquele país. As regras de direito abarcariam "*não apenas os ordenamentos jurídicos nacionais, senão também os conjuntos normativos, como os princípios gerais do direito, o direito internacional público, ou até mesmo a lex mercatoria*" (fl. 191).

Na sentença, a Corte de Arbitragem aplicou, para decidir a lide, a Convenção das Nações Unidas sobre Contratos de Venda Internacional de Mercadorias, que não integraria, segundo a RODRIMAR, as *leis materiais suíças*, e sim as *regras de direito* daquele país. Daí o excesso e, como consequência, a nulidade do laudo arbitral.

Para solucionar a questão, é importante ter em vista que, no processo brasileiro de homologação de sentença estrangeira, como bem notado pelo i. Relator, não é dado ao Tribunal adentrar no mérito da sentença a ser homologada. O julgador deve se limitar a "*verificar, na sentença estrangeira, a concorrência de determinados requisitos, extrínsecos ou intrínsecos, tidos como suficientes para o reconhecimento de eficácia*", evitando-se a homologação de sentenças contrárias "*à soberania nacional, à ordem pública e aos bons costumes*" (Barbosa Moreira, *Comentários ao CPC*, 14ª Ed., Vol. V - Rio de Janeiro: Forense, 2008, págs. 55 e 61).

A respeito da legislação aplicável, a própria sentença arbitral se pronunciou, com a seguintes palavras:

*"De acordo com a cláusula compromissória 11 do contrato, o tribunal arbitral, ou seja, o único árbitro, decidirá 'com base neste contrato e, ainda, com base na legislação material suíça'.*

*Isto é confirmado pelos Termos, pág. 11, com a seguinte redação*

*(...)*

*Em 1º de março de 2000, a Suíça já havia ratificado a*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*convenção das Nações Unidas sobre contratos de venda internacional de mercadorias (CISG), que entrou em vigor em 1º de janeiro de 1988.*

*Uma referência à legislação material suíça em uma arbitragem ou um artigo de lei aplicável, contida em um contrato de compra e venda internacional de mercadorias, resulta no fato de que a CISG se torna aplicável como parte da legislação material suíça, a menos que seja excluída pelas partes (e não em virtude do artigo 118 da lei federal, sobre lei internacional, conforme alegado pela Requerente)"*

A referida sentença foi proferida em inglês, mesma língua do contrato objeto da lide. Assim, o defeito alegado pela BRASIMAR, quanto à tradução da expressão "*Swiss material law*", não pôde ter influenciado o julgador.

O mero juízo de delibação que é possível fazer, em sede de homologação de sentença estrangeira, não permite que o julgador brasileiro decida, em lugar do árbitro estrangeiro, como deve ser interpretado termo *direito material suíço*. A inclusão de uma convenção recepcionada pelo direito suíço nesse conceito não implica ofensa *aos limites da convenção de arbitragem* ou mesmo à *ordem pública brasileira*, para fins de homologação. Ao menos em princípio, analisando a questão à luz do direito brasileiro, é cediço que um tratado ou uma convenção, ao serem recepcionados por um país contratante, passam a ter o mesmo *status* de lei interna desse país. Não há motivos para pensar que seria diferente na Suíça e mais que isso: não há por que imiscuir-se na sentença arbitral, quanto ao tema.

O mesmo vale para o argumento de que a Convenção de Viena foi recepcionada com restrições pela Alemanha (Estado de residência de um dos contratantes) e não foi sequer recepcionada pelo Brasil (Estado de residência do outro contratante). Ao eleger o direito material suíço para a solução da controvérsia, as partes renunciaram à aplicação da lei interna de seu respectivo país, em prol da regulação da matéria por um sistema normativo estrangeiro. Não há, na arbitragem internacional, qualquer restrição a que se faça isso (art. 2º, §1º, da Lei 9.307/99).

Forte em tais razões, acompanho integralmente o i. Min. Relator.